



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS - IFTO
CAMPUS PORTO NACIONAL
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

IOLANDA RODRIGUES DE ALMEIDA

**EDUCAR EM PARCERIA: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA COMO ALICERCE
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NO ENSINO
FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PORTO NACIONAL - TO**

**PORTO NACIONAL - TOCANTINS
2025**

IOLANDA RODRIGUES DE ALMEIDA

**EDUCAR EM PARCERIA: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA COMO ALICERCE
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NO ENSINO
FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PORTO NACIONAL - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em
Pedagogia, do Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto Nacional, como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia.

Orientador (a): Prof.^a Me. Maria Madalena Rodrigues
Teles.

**PORTO NACIONAL - TOCANTINS
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

A447e

Almeida, Iolanda Rodrigues de

Educar em parceria: A relação escola e família como alicerce para o desenvolvimento integral da criança no Ensino Fundamental I em uma escola municipal em Porto Nacional - TO / Iolanda Rodrigues de Almeida. – Porto Nacional, TO, 2025.

45 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Porto Nacional, Porto Nacional, TO, 2025.

Orientadora: Ma. Maria Madalena Rodrigues Teles

1. Família e Escola. 2. Parceria e Fortalecimento. 3. Desenvolvimento integral. I. Teles, Maria Madalena Rodrigues. II. Título.

CDD 370

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

IOLANDA RODRIGUES DE ALMEIDA

**EDUCAR EM PARCERIA: A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA COMO ALICERCE
PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA NO ENSINO
FUNDAMENTAL I EM UMA ESCOLA MUNICIPAL EM PORTO NACIONAL - TO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em
Pedagogia, do Instituto Federal de Educação Ciência e
Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto Nacional, como
requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada
em Pedagogia.

Aprovado em: **05 de dezembro de 2025.**

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA MADALENA RODRIGUES TELES**
Data: 21/12/2025 07:56:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Me. Maria Madalena Rodrigues Teles
Orientadora
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **IANE BRITO TAVARES**
Data: 22/12/2025 07:37:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra. Iane Brito Tavares
Avaliadora
IFTO *Campus* Porto Nacional

Documento assinado digitalmente
 **PAULO CESAR DE SOUSA PATRÍCIO**
Data: 19/12/2025 17:16:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Paulo César de Sousa Patrício
Avaliador
IFTO *Campus* Porto Nacional

À Deus, a toda minha família e amigos que sempre acreditaram no meu potencial e aos meus queridos docentes do Instituto Federal do Tocantins *Campus* Porto Nacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder sabedoria e força para vencer diante de cada obstáculo. Gratidão por todas as pessoas que estiveram a minha volta proporcionando apoio e carinho nessa jornada.

Ao meu esposo por todo incentivo e sempre acreditar que sou capaz de realizar os meus sonhos e projetos, segurando na minha mão nos dias de choro e alegria, a minha mãe uma mulher guerreira que me proporcionou amor e nunca me abandonou em meio as lutas, sempre orando por mim e me fazendo confiar ainda mais em Deus que tudo tem seu tempo para se cumprir, ao meu pai uma pessoa íntegra que admiro muito pelo amor para comigo e minha filha. Ao meu padrasto companheiro da minha mãe que sempre esteve presente nessa jornada, a minha princesa Alana que após o seu nascimento me mostrou que eu realmente vivo de milagres e ela é meu maior milagre que Deus me concedeu, e se estou realizando este trabalho é por ela para dar um futuro melhor e sempre motivá-la a nunca desistir por mais difícil que seja.

Agradeço imensamente a minha sogra e cunhada que me apresentaram à educação, e por sempre motivar que eu era inteligente, focada com uma oratória boa, tudo isso contribuiu para que eu seguisse adiante. Jamais poderia deixar de expressar minha gratidão à duas amigas que esteve comigo nessa reta final como um suporte emocional Deiriane e Katianny só Deus para recompensá-las, a toda minha família em especial minha prima irmã Wedila, não tenho palavras para agradecer, que nossa união e respeito só venha crescer obrigada por todos os conselhos, meu primo que tenho como irmão Jocival, te amo meu primo, gratidão.

À minha orientadora Maria Madalena Rodrigues Teles, que me guiou com sabedoria e conhecimento e amor, para que esse trabalho fosse realizado com êxito, e concluindo um sonho de 4 anos, com lutas, choros e vitórias. Ao coordenador do curso Licenciatura em Pedagogia Paulo César de Sousa Patrício, por desempenhar um papel importante dentro desse curso. E agradeço a todos os professores e demais servidores do IFTO *Campus* Porto Nacional durante esse período que contribuiu de alguma forma para minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas de turma gratidão por todo apoio na troca de conhecimento e pelo acolhimento durante o processo emocional que passei, e gratidão por cada palavra, oração e motivação que eu iria vencer apesar das circunstâncias que estava no momento, amo cada um de vocês de coração.

Um agradecimento em especial a Escola Municipal onde foi realizada a pesquisa, por me acolher com humildade e gentileza e contribuindo para que esse trabalho fosse realizado de

uma maneira significativa, professores e toda equipe e especialmente a gestora Nayara Martins Barbosa, uma parceira e amiga que se tornou parte da minha vida acadêmica.

Agradeço de coração a todos que fizeram parte desta conquista, muito obrigada!

*“Educação é a junção de valores, princípios..
Contudo, a divisão de deveres entre família,
escola, governo e sistema é o caminho... Se esses
elos não se acoplarem, dificilmente seremos
vitoriosos, mesmo com professores “embriagados
de amor” pela arte de ensinar.”*

Nildo Lage

RESUMO

A presente pesquisa, cujo tema educar em parceria: Educar em parceria: A relação escola e família como alicerce para o desenvolvimento integral da criança no Ensino Fundamental I em uma Escola Municipal em Porto Nacional - TO, teve como objetivo geral analisar como a uma Escola Municipal em Porto Nacional – TO organiza suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão participativa para efetivar a corresponsabilidade entre família e escola em prol do desenvolvimento integral da criança do Ensino Fundamental I. O estudo fundamentou-se na legislação educacional brasileira vigente: CF/88, LDB N°9394/96, ECA, DCNs e BNCC e em autores que discutem a temática parceria escola-família para a formação integral da criança. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica. Quanto aos objetivos, é exploratória, com abordagem qualitativa. Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o tema pesquisado, além de dar embasamento à análise dos dados. Finalmente, realizou-se a pesquisa de método misto: documental (PPP da escola) e de campo a fim de obter uma compreensão completa do fenômeno estudado. O campo de estudo foi um Escola Municipal no município de Porto Nacional – TO, no segmento do ensino Fundamental I. Os participantes foram 13 professores regentes do Ensino Fundamental I, a coordenadora pedagógica, e a gestora escolar, totalizando 15 profissionais da educação. Os dados foram apresentados em quadros e analisados qualitativamente. Os resultados indicam que, apesar de o PPP da referida escola apresentar ações de fortalecimento da parceria família-escola, ainda existe um descompasso entre o que previsto no documento e a percepção dos profissionais sobre a efetivação dessas ações. As respostas dos profissionais pesquisados: professoras, coordenadora e gestora, reforçam que fatores como trabalho, falta de tempo, desinteresse, falta de compromisso, e até mesmo questões emocionais e estruturais são barreiras impeditivas da corresponsabilidade na formação integral da criança. Essas barreiras prejudicam diretamente o desenvolvimento da criança. A corresponsabilidade é elemento central para o sucesso escolar e formação integral da criança, como aponta o estudo bibliográfico desse trabalho. Os profissionais da educação pesquisados, apontam para a necessidade de apoio intersetorial como Conselho Tutelar, CRAS e outros órgãos de proteção à criança como objetivo de fortalecer as políticas de acompanhamento familiar. Para melhor compreensão do tema pesquisado e apontamentos de soluções viáveis que efetivem a parceria escola-família, sugere-se novas pesquisas com as famílias das crianças matriculadas na Escola municipal estudada sejam ouvidas. Entende-se que abrindo espaço para ouvir diretamente a família, de forma mais aprofundada e humanizada, os motivos que a impede de participar da vida escolar do filho, com certeza, será mais fácil pensar estratégias que considerem a realidade de cada família.

Palavras-chave: Família. Escola. Parceria. Fortalecimento. Desenvolvimento integral. Criança.

ABSTRACT

This research, entitled educating in partnership: The School-Family Relationship as a Foundation for the Integral Development of Children in Elementary School I at the School Porto Nacional – TO," aimed to analyze how the in Porto Nacional – TO, organizes its pedagogical, administrative, and participatory management practices to effectively implement co-responsibility between family and school for the integral development of children in Elementary School I. The study was based on current Brazilian educational legislation: CF/88, LDB No. 9394/96, ECA, DCNs, and BNCC, and on authors who discuss the theme of school-family partnership for the integral formation of children. This is a basic research study. Regarding its objectives, it is exploratory, with a qualitative approach. Initially, a bibliographic research was conducted to understand the researched topic and to provide a basis for data analysis. Finally, a mixed-methods research was conducted: documentary (school PPP) and field research in order to obtain a complete understanding of the phenomenon studied. The field of study was the School in Porto Nacional – TO, in the Elementary School I segment. The participants were 13 classroom teachers from Elementary School I, the pedagogical coordinator, and the school principal, totaling 15 education professionals. The data were presented in tables and analyzed qualitatively. The results indicate that, although the PPP of the aforementioned school presents actions to strengthen the family-school partnership, there is still a mismatch between what is foreseen in the document and the professionals' perception of the effectiveness of these actions. The responses of the professionals surveyed—teachers, coordinator, and principal—reinforce that factors such as work, lack of time, disinterest, lack of commitment, and even emotional and structural issues are barriers that impede co-responsibility in the integral formation of the child. These barriers directly harm the child's development. Co-responsibility is a central element for the academic success and holistic development of the child, as the bibliographic study of this work points out. The education professionals surveyed highlight the need for intersectoral support, such as the Tutelary Council, CRAS (Social Assistance Reference Center), and other child protection agencies, in order to strengthen family support policies. For a better understanding of the researched topic and to identify viable solutions that effectively strengthen the school-family partnership, further research is suggested with the families of children enrolled at the School. It is understood that by creating space to directly listen to the family, in a more in-depth and humanized way, regarding the reasons that prevent them from participating in their child's school life, it will certainly be easier to devise strategies that consider the reality of each family.

Keywords: Family. School. Partnership. Strengthening. Holistic development. Child.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Quais ações previstas no PPP da escola tem como objetivo aproximar as famílias da comunidade escolar?.....	29
Quadro 2 – As ações que estão implementadas no PPP para aproximar a família da escola estão sendo cumpridas?.....	30
Quadro 3 – Além das ações que estão no PPP, quais outras atividades são realizadas para aproximar a família da escola?.....	32
Quadro 4 – Há desafios para consolidar a parceria entre a família e a escola?.....	33
Quadro 5 – Na sua visão, quais são os maiores obstáculos que a família enfrenta para efetivar sua participação na vida escolar dos filhos?.....	36
Quadro 6 – Quais políticas ou ações você sugere para fortalecer essa parceria entre escola e família?.....	38

LISTA DE SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CF/88 Constituição Federal de 1988

CRAS Centro de Referência de Assistência Social do Brasil

DCNs Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

PPP Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 MARCOS LEGAIS E BASES TEÓRICAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA E DA ESCOLA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA DO ENSINO FUNDAMENTAL I.....	13
2.1 A Garantia do Ensino Fundamental I à Luz da Legislação Educacional Brasileira	13
2.1.1 Constituição Federal de 1988 (CF/88)	13
2.1.2 LDB Nº 9394/1996.....	14
2.1.3 Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	15
2.1.4 As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Ensino Fundamental I	16
2.1.5 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	17
2.2 A família na vida escolar dos filhos.....	18
2.3 O Ensino Fundamental I e as concepções de participação reivindicadas pela presença da família na escola	20
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 Tipo de pesquisa	25
3.2 Campo de estudo	25
3.3 Participantes	25
3.4 Instrumento de coleta, apresentação e análise dos dados.....	25
3.5 Aspectos éticos	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42
APÊNDICES	44

1 INTRODUÇÃO

A escola e a família constituem dois ambientes fundamentais para a formação integral da criança. Embora os contextos sejam distintos, quando trabalham em parceria, fortalecem-se como pilares fundamentais no processo educativo potencializando o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional das crianças. Nesse sentido, as responsabilidades são compartilhadas, sobretudo porque as necessidades específicas de cada criança são reconhecidas e atendidas.

Nesse contexto, o problema que norteou essa pesquisa foi: Como uma Escola Municipal em Porto Nacional, se organiza para que a relação família-escola se efetive com o objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança?

Conforme a questão problema, este estudo teve como objetivo geral analisar como uma Escola Municipal em Porto Nacional – TO, organiza suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão participativa para efetivar a corresponsabilidade entre família e escola em prol do desenvolvimento integral da criança do Ensino Fundamental I.

Em específico pretendeu-se identificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada quais ações são promovidas para aproximar a família da escola, investigar quais ações estão sendo cumpridas conforme o PPP, saber se existem outras ações na escola além das que estão no projeto e compreender a percepção dos professores, coordenadora e gestora sobre a importância da parceria escola-família e os desafios enfrentados para que essa parceria se efetive.

Esse estudo se justificou por compreender que, apesar de estudos apontarem a importância da parceria entre escola e família para o processo educativo e desenvolvimento integral da criança do Ensino Fundamental I, é possível perceber que há desafios para que essa parceria se efetive. A escolha da Escola Municipal como campo de pesquisa justifica-se, primeiramente por ter realizado o Estágio Supervisionado II nessa escola, o que facilitou a entrada na escola. Além do mais, a escola tem importante representatividade em Porto Nacional.

Pesquisar essa temática possibilita compreender a realidade dessa escola, além de poder contribuir para o aprimoramento de ações que fortaleçam a participação comunitária e que contribua também uma educação inclusiva e corresponsável, que esteja alinhada à legislação educacional vigente e à BNCC.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica. Quanto aos objetivos, é exploratória, com abordagem qualitativa. Foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica a fim de

compreender o tema pesquisado, além de dar embasamento à análise dos dados. Documentos foram também utilizados (legislação educacional vigente e BNCC), na fundamentação teórica desse trabalho. Finalmente, realizou-se a pesquisa de método misto: documental (PPP da escola) e de campo a fim de obter uma compreensão completa do fenômeno estudado. O campo de estudo foi uma Escola Municipal em Porto Nacional – TO, no segmento do ensino Fundamental I. Os participantes foram 13 professores regentes do Ensino Fundamental I, a coordenadora pedagógica, e a gestora escolar, totalizando 15 profissionais da educação. Os dados foram apresentados em quadros. Os dados foram analisados qualitativamente sendo embasados na fundamentação teórica desse trabalho.

O trabalho está sustentado na legislação educacional vigente e em autores que abordam sobre a importância da parceria escola e família na educação da criança, tais como: (Parolin, 2007), (Bardichi e Jordão, 2024), (Libâneo, 2013), (Paro, 2010).

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o capítulo 1 apresenta a introdução; o capítulo 2 aborda o referencial teórico; o capítulo 3 apresenta a metodologia da pesquisa. O capítulo 4 apresenta e analisa os dados empíricos; e o capítulo 5 apresenta as considerações finais.

2 MARCOS LEGAIS E BASES TEÓRICAS SOBRE A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA E DA ESCOLA EM PROL DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA DO ENSINO FUNDAMENTAL I

2.1 A Garantia do Ensino Fundamental I à Luz da Legislação Educacional Brasileira

A educação é reconhecida como um direito social fundamental no ordenamento jurídico brasileiro e desempenha papel fundamental na formação integral da criança. Nesse tópico serão analisados os direitos da criança e os sujeitos responsáveis a partir da legislação educacional, tendo como ponto de partida a Constituição de 1988, na sequência a LDB N° 9394/1996 ECA, as DCNs e a BNCC.

2.1.1 Constituição Federal de 1988 (CF/88)

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na consolidação dos direitos fundamentais no Brasil, entre os quais se destaca a educação como direito de todos. A Emenda Constitucional de nº 59/2009, amplia essa garantia ao tornar a educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos, contemplando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. (Brasil, 2009).

O Ensino Fundamental I, conhecido também como anos iniciais, que atende crianças de aproximadamente 6 a 10 anos de idade, enquanto parte integrante da educação básica, constitui-se não apenas como uma etapa inicial de alfabetização, mas como fundamento para a construção do conhecimento e do desenvolvimento integral da criança.

No Artigo 205, a Constituição determina que, além de ser direito de todos, a educação é “[...] dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]”. (Brasil, 1988. P. 184). A referida Constituição, determina que cabe ao Estado garantir a educação básica pública e gratuita importando responsabilidade da autoridade competente. Em contrapartida, os pais são responsáveis por garantir que seus filhos menores sejam matriculados e frequentem a escola. A responsabilidade dos pais com seus filhos menores segue no Artigo 229, determinando que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...]” (Brasil, 1988. P.201).

A partir do disposto no artigo supracitado, conclui-se que a responsabilidade dos pais no processo de educação vai além do simples ato de matricular os filhos numa escola. Requer, portanto, a participação ativa na vida escolar dos seus infantes. No entanto, em colaboração com

a família, a Constituição Federal determina, em seu Artigo 206, que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da gestão democrática. A gestão democrática escolar traz para esse contexto a família na medida em que ela apoia e acompanha o desempenho escolar, além de ser incentivada a participar ativamente na tomada de decisão e ações da escola. Luck (2009) destaca que a Gestão Democrática é proposta como condição para a aproximação entre escola, pais e comunidade na promoção de uma educação de qualidade.

2.1.2 LDB N° 9394/1996

A LDB n° 9394/96 é a lei que define e organiza o sistema educacional brasileiro. Nela está definida os princípios, as diretrizes, a estrutura, bem como a organização do ensino brasileiro.

Especificamente sobre o ensino fundamental I, do 1º ao 5º ano, a LDB vigente estabelece que a oferta seja obrigatória, gratuita e de qualidade, com início aos 6 anos de idade. O objetivo é a formação básica do cidadão, o desenvolvimento da leitura, da escrita, do cálculo, além da compreensão do mundo e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais. (Brasil, 1996). Assim, esse período vai além da aquisição da leitura, da escrita e do raciocínio lógico. Outras aprendizagens são exigidas tais como convivência, construção de identidade e autonomia.

No contexto da formação integral da criança, a família se destaca como responsável também no processo educativo. No Artigo 1º da LDB, ao estabelecer que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, [...]” (Brasil, 1996, p. 1), reconhece que a educação vai além dos muros da escola, tendo seu início nas relações familiares. É no contexto familiar que a criança vivencia suas primeiras experiências sociais, culturais e afetivas e, a partir dessas vivências, ela constrói valores, hábitos e atitudes que as acompanharão ao longo da vida. Portanto, a família exerce influência direta na formação moral, emocional e social da criança.

À medida que a criança cresce, passa a frequentar a escola. Nesse sentido, a escola assume a função de complementar a educação iniciada na família, proporcionando saberes intencionais, sistematizados, planejados, promovendo experiências com diferentes formas de pensar e agir.

Em relação à responsabilidade dos estabelecimentos de ensino na promoção de ações de aproximação da família, o Artigo 12 da LDB vigente, em seu inciso VI, determina como

incumbência da escola “articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Brasil, 1996, p.16). O Artigo 13, inciso VI, atribui também responsabilidade ao professor ao afirmar que eles devem “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (Brasil, 1996, p. 16).

Especificamente, a educação da criança do Ensino Fundamental I é resultado da articulação entre escola e família, cada uma desempenhando um papel fundamental e complementar no processo formativo. A LDB nº 9394/96, ao espaço escolar, evidencia a importância da cooperação entre esses dois contextos para assegurar uma formação que contemple os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais.

2.1.3 Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O ECA é a legislação brasileira que estabelece a proteção integral de crianças e adolescentes. Foi criado a partir do Artigo 227 da Constituição Federal de 1988.

O Artigo 4º do ECA, estabelece que é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar os direitos fundamentais para que a criança e o adolescente se desenvolva plenamente. O referido Artigo destaca que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

A partir do disposto no referido artigo todos, de forma compartilhada, são responsáveis pela educação, cuidado e zelo com as crianças e os jovens. Entretanto, a presença da família na educação dos filhos também é apresentada como um dever nos artigos 129, 229 e 249 do ECA. A referida lei é rigorosa e destaca que o descumprimento dos deveres relacionados à educação dos filhos implica medidas desde simples advertências como a destituição do pátrio poder. (Brasil, 1990). Nesse sentido, a educação não acontece apenas entre os muros da escola, mas se desenvolve na convivência cotidiana, nas interações familiares e nas experiências vividas no contexto social.

No que tange à escolarização, o estatuto estabelece princípios e diretrizes que garantem a permanência e o desenvolvimento integral do estudante no ambiente escolar. No Artigo 55 do ECA, é evidenciada a responsabilidade dos pais ou responsável a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino (Brasil, 1990).

Em contrapartida, o ECA destaca também o papel do Estado como responsável por ofertar e garantir acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, desde a creche até o ensino médio. Em seu Artigo 53, é estabelecido o direito da criança e do adolescente à educação visando ao pleno desenvolvimento, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (Brasil, 1990). Esse dispositivo legal, além de definir o acesso à escola como direito, destaca também a responsabilidade entre Estado, família e sociedade.

O Artigo 54 dessa lei determina que “O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente (Brasil, 1990, p.44). Ainda nesse mesmo Artigo, em seu parágrafo 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (Brasil, 1990, p. 45).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um marco fundamental na consolidação dos direitos educacionais da criança e do adolescente no Brasil. O Estatuto, além de assegurar o acesso à educação, estabelece a corresponsabilidade entre família, sociedade e Estado na promoção do desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

2.1.4 As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Ensino Fundamental I

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (DCNs), surgiram no contexto com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). As DCNs orientam como será o planejamento do sistema de ensino referente aos currículos, direcionando para elaborar projetos pedagógicos, e garantindo com que a formação do estudante seja de acordo com os princípios da educação nacional. Em outras palavras, as DCNs constituem “o conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos que devem orientar as políticas públicas educacionais” (Brasil, 2013, p. 8). Libâneo (2013), enfatiza a importância das DCNs para garantir coerência e intencionalidade ao processo educativo, pois apoia a organização curricular das escolas de forma articulada e contextualizada. Dessa maneira, a educação escolar brasileira segue com maior possibilidade de promover uma educação com qualidade.

No artigo 3º das DCNs do ensino fundamental, a educação é apresentada como direito público subjetivo sendo dever do Estado e da família na sua oferta a todos. (Brasil, 2013). A partir desse documento, a família deve também assumir sua responsabilidade na formação integral da criança. Ou seja, “a participação dos pais ou responsáveis é de fundamental importância para a construção de práticas educativas significativas e contextualizadas” (Brasil,

2013, p. 27). No entanto, a escola deve organizar estratégias de aproximação da família na escola. É de fundamental importância que essas ações estejam inseridas no Projeto Político Pedagógico da Escola. As DCNs alertam que essas ações não podem se limitar apenas em reuniões formais ou simplesmente para tratar de assuntos relacionados às dificuldades de aprendizagem, indisciplina ou qualquer coisa nesse gênero. As ações precisam ser diversificadas, rotineiras que convidem e incentivem os pais e/ou responsáveis a assumirem o compromisso de acompanharem a vida escolar dos filhos.

2.1.5 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é um documento normativo conforme o Ministério da Educação (MEC) e orienta os sistemas e redes de ensino na elaboração do currículo assim como nas propostas pedagógicas da educação básica. Esse documento “define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver (Brasil, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular se baseia pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). Ela não é um currículo pronto, mas apresenta obrigatoriedades norteadora para as escolas públicas e privadas. O Ensino Fundamental é o mais longo de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, (BNCC), são nove anos de duração e está organizado em Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) e Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

De acordo com a BNCC o ensino fundamental, anos iniciais:

As experiências das crianças em seu contexto familiar, social e cultural, suas memórias, seu pertencimento a um grupo e sua interação com as mais diversas tecnologias de informação e comunicação são fontes que estimulam sua curiosidade e a formulação de perguntas. (Brasil, 2018).

Nota-se que na legislação educacional analisada nesse tópico, o Estado e a Família são corresponsáveis pela garantia dos direitos da criança à educação. Portanto, tanto a família como a escola devem trabalhar em parceria, cada um assumindo a sua responsabilidade em prol do desenvolvimento integral da criança. Se a família tem a obrigação de acompanhar a vida escolar do seu filho, a escola deve promover situações para que a parceria escola-família se efetive. Em outras palavras, o direito da família de serem informadas sobre o desenvolvimento dos seus filhos é regulamentado tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Artigo 53, como na LDB, em seu Artigo 12.

2.2 A família na vida escolar dos filhos

O conceito de família foi se transformando ao longo dos tempos. Se antes era entendida de forma nuclear e tradicional composta por pai, mãe e filhos, hoje “mudou do ponto de vista estrutural, comportamental, conceitual, tendo nos dias atuais uma face social diferenciada e, via de consequência, o conjunto de leis que a regula sofreu alterações significativas” (Mousnier, 2002, p. 244). Para esse trabalho será considerado o conceito de família conforme o autor Parolin que a firma que:

A grande arte da família é manter-se família, seja ela composta por pai, mãe e filhos; por mãe e filhos; por padrasto, mãe e filhos; por avó, mãe e filhos/ netos; por avô, mãe e filhos ou outras composições. É continuar promovendo o desenvolvimento, a mudança e permanecer sendo família (Parolin, 2007, p. 38).

É na família que a criança começa o seu processo de educação. Baltazar (et al, 2006) alerta que não existe melhor ambiente educacional de formação social, cultural, e psicológica, que o próprio lar. Em seguida, essa educação é dividida com a escola.

No que tange à participação da família na vida escolar dos filhos, Parolin (2007), afirma que o sucesso escolar da criança e o bem estar em ambas as instituições, depende do bom relacionamento entre família e escola. No entanto, a escola enfrenta o desafio de efetivar a parceria com a família.

Bassedas et al. (1996, p. 33) destaca que:

isso pode ser explicado ao percebermos que há famílias que nunca tiveram experiências prévias com a escola e que, quando seu filho inicia a escolaridade, depositam o papel da educação na escola, tomando uma atitude de total submissão e dependência, assumindo uma ignorância total sobre os assuntos relacionados à educação.

Na atualidade, muitas famílias enfrentam desafios que se transformam em fatores impeditivos na colaboração com a escola para a educação integral da criança. O ambiente familiar está afetado muitas vezes pelo número de filhos que esses pais têm ou até mesmo pela nova realidade e configuração de família: guarda compartilhada, pai e mãe solo, alguns pais não conseguem ensinar os filhos pela baixa escolaridade, outros nunca tiveram a oportunidade de estar em uma escola devido aos horários e demandas de trabalho que obrigam a família a deixar os filhos sob a responsabilidade dos avós, tios, babás, vizinhos, entre outros. Tudo isso influencia para que os desafios aconteçam. “Hoje em dia muitos pais dedicam pouco tempo aos seus filhos, seja por causa do emprego, seja por causa do cansaço [...]” (Cury, 2016, p. 2).

Oliveira e Arújo (2010), refletem que a redução da disponibilidade de tempo da família estar efetivamente presente na escola é justamente a organização contemporânea do trabalho que impõe ritmos acelerados e sobrecarrega as famílias. Nessa mesma linha de pensamento, Cavaliere (2012), ressalta que a sobrecarga da jornada de trabalho, o próprio trabalho informal e/ou a necessidade de deslocamentos longos. De qualquer maneira, o afastamento dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos, possivelmente contribuirá para o fracasso escolar da criança. Em concordância com Cury (2016), Araújo (2010), afirma que a ausência dos pais na escola gera problemas educacionais tais como, desinteresse da criança em frequentar a escola, desvalorização da escola pela criança, fracasso escolar. Ou seja, quando os pais acompanham a vida escolar dos filhos, quando se sentem corresponsável com a escola, a tendência do filho é gostar e respeitar a escola também, pois a criança tende a imitar o comportamento dos pais.

Bardichi e Jordão (2024), apontam alguns pilares que precisam ser resgatados na família a fim de nortear a sociedade para resultados mais promissores, principalmente quando se trata da educação integral da criança. Esses pilares são: confiança, respeito, empatia e reciprocidade. A autora define esses valores da forma que segue abaixo:

- Confiança – O senso de confiança é um dos princípios universais mais importantes, pois pode fazer toda a diferença trazendo mais estabilidade à criança em formação. Para aprimorar a relação entre pais e filhos, atitudes como mentira, promessas que não serão cumpridas, dentre outros precisam ser banidas no seio familiar. (Bardichi e Jordão, 2024).
- Respeito – O primeiro lugar que a criança deve ter contato com o respeito é no âmbito familiar, pois torna-se necessário na sociedade em que estamos inseridos. No entanto, a sociedade atual está marcada pela instabilidade emocional, estresse e palavras de baixo calão, inclusive dentro de seus próprios lares. A família deve ser protagonista sobre a importância do respeito nas relações interpessoais. Em contrapartida, a escola deve agir de forma colaborativa, estabelecendo uma cultura escolar fundamentada no respeito mútuo entre todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, funcionários e pais. Isso pode ser alcançado por meio de campanhas educativas (Bardichi e Jordão, 2024).
- Empatia – a empatia é a capacidade de colocar-se no lugar do outro. Portanto, torna-se necessária alcançar um ambiente seguro e acolhedor. A empatia precisa ser desenvolvida ainda na infância, tornando os espaços escolares em ambientes mais inclusivos. É imprescindível que a escola crie um ambiente escolar baseada no respeito mútuo,

valorizando as diferenças e a tolerância entre os educandos. Nesse sentido, ações que promovam a empatia precisam ser inseridas no PPP da escola. Essas ações precisam envolver temas como o respeito e valorização às diferenças, combate ao preconceito nas suas diferentes formas, igualdade dos direitos, etc. (Bardichi E Jordão, 2024).

- Reciprocidade – a família precisa incentivar aos filhos a importância desse princípio, ajudando e incentivando os filhos desde pequenos a cultivar esse valor. Assim, tornarão-se cidadãos mais solidários e colaborarão com a construção de uma sociedade mais harmoniosa. Além do mais, o sentimento de reciprocidade traz uma troca mútua entre os indivíduos de apoio, cuidado e consideração, levando benefícios a todas as partes envolvidas (Bardichi E Jordão, 2024).

No Artigo 32, da Seção III, referente ao Ensino Fundamental, na LDB Nº 9394/96, está determinado que tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante, dentre outros:

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Brasil, 1996, p. 24).

Pode-se perceber nos referidos artigos que as atitudes e os valores precisam ser trabalhados, tanto na família como na escola, assim como o fortalecimento de família, dos laços de solidariedade e tolerância. Mais uma vez esse papel é atribuído à família e a escola mostrando a necessidade e importância dessa parceria para que resultados positivos possam ser alcançados na educação integral da criança. Portanto, o conceito de parceria escola-família, vai além da simples transmissão de conhecimentos.

2.3 O Ensino Fundamental I e as concepções de participação reivindicadas pela presença da família na escola

A escola é um sistema aberto que tem como objetivo propagar o conhecimento. A educação ofertada pela escola tem caráter fundamental, pois busca o desenvolvimento intelectual em conjunto com os aspectos físico, social, emocional e moral (Patto, 2022).

Os autores Dessen e Polônia (2007, p. 25) enfatizam que:

[...] a escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimento, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças. É nesse espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas dentro de sala e fora dela.

O caráter plural da escola ressaltado pelos autores supracitados, exige um currículo escolar que seja múltiplo, diversificado, que seja capaz de atender tanto ao contexto físico, como psicológico, sociais e culturais que permeiam o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse contexto, conforme o parágrafo 5º, do inciso IV, do Artigo 32 da LDB 9394/96, especificamente sobre o Ensino Fundamental:

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente [...] (Brasil, 1996, p. 25).

Ao determinar a inclusão obrigatória de conteúdos sobre o direito da criança e do adolescente, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei em questão reforça a necessidade da parceria entre escola e família na formação cidadã. Nesse sentido, as responsabilidades são distintas cabendo à escola criar e concretizar práticas pedagógicas que promovam o conhecimento desses direitos suscitando uma cultura de respeito, proteção e participação social. Nesse processo, a família atua como parceira, estabelecendo atitudes de respeito, diálogo e acolhimento, além de acompanhamento à vida escolar da criança e do adolescente, dessa maneira, contribuindo para que os valores previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam incorporados na rotina da criança. Nesse sentido, a escola é um ambiente que faz parte da vida das crianças. É o segundo lugar de aprendizagem e desenvolvimento social e pessoal, não é apenas uma instituição de ensino para transmitir conhecimento, mas desempenha uma ampla gama de papéis na vida de uma criança.

De acordo com Libâneo, (2013), a instituição escolar é responsável por oferecer experiências formativas, que permitam com que a criança participe da vida em sociedade, desenvolvendo capacidades cognitivas e socioemocionais necessário à formação da cidadania. Nessa mesma linha de pensamento, Paro, (2010), destaca que a escola é considerada como um espaço de humanização e, nela, a criança encontra oportunidades para a construção de conhecimentos, estabelecendo vínculos e compreendendo regras de convivência. Nesse caso, a escola vai além da dimensão instrucional, contribuindo para o desenvolvimento pleno da criança: ensino, cuidado e relações sociais.

Embora a escola assuma esse papel na formação que abrange ensino, cuidado e socialização, muitas escolas se deparam com desafios de contar com a ajuda da família e defendem que sem essa colaboração, sozinha, dificilmente alcançara resultados positivos. Autores como Paro (2010) e Libâneo (2013), destacam que nem sempre as famílias têm uma participação contínua e ativa na rotina escolar dos filhos.

É comum as escolas reclamarem sobre a ausência da família na vida escolar dos filhos, o que compromete a corresponsabilidade educativa e o enfraquecimento na formação integral da criança, pois a escola se vê responsável por muitas demandas e não encontra o suporte necessário para dar conta de sua responsabilidade que é o desenvolvimento da criança na sua totalidade. Paro (2010), enfatiza que a ação educativa não se constrói isoladamente, a família precisa colaborar. Libâneo (2013), também corrobora com esse pensamento completando que a escola não pode assumir sozinha todas as responsabilidades de formação da criança, já que essas extrapolam os muros da escola, portanto há a necessidade da participação da família nesse processo.

Além das contribuições de Paro e Libâneo, a discussão em torno da participação da família é ampliada também por Cavaliere (2002, p. 68) que destaca “a qualidade da escola pública depende, em grande medida, da articulação entre seus sujeitos e da participação ativa da família e da comunidade”. A apresentar essa perspectiva relacional, a autora reforça que a ausência da família não é apenas um problema operacional, mas um elemento que compromete a função social da escola.

A fim de aprofundar o entendimento sobre os diferentes níveis de participação familiar, Epstein (apud Polônia; Dessen, 2005), propõe uma tipologia que possibilita análise de como as famílias se relacionam com a escola em suas muitas dimensões, desde responsabilidades básicas até o envolvimento no Projeto Político Pedagógico da escola (PPP). Essas relações englobam cinco tipos:

Tipo 1- Obrigações essenciais aos pais. Essas estão relacionadas às ações e atitudes da família ligadas ao desenvolvimento integral da criança. Além de matricular a criança e criar um ambiente propício para a aprendizagem escolar, incluindo acompanhamento sistemático e orientações contínuas em relação aos hábitos de estudos e às tarefas escolares; **Tipo 2** – Obrigações essenciais da escola. Diz respeito à criação de diferentes formas e estratégias com a intenção de apresentar e discutir os tipos de programas existentes na escola e evidenciar os progressos da criança, em diferentes níveis, para a família. Manter constante comunicação com a família de forma diversificada, incluindo desde mensagens, jornais, livretos, convites e boletins até observações na agenda do aluno. A explicitação do regulamento e do funcionamento geral da escola, dos métodos de ensino e de avaliação e a abertura de espaços, onde os pais possam participar ativamente e dar suas opiniões sobre estes temas, é estratégico; **Tipo 3** - Envolvimento da família em atividades de colaboração, na escola. Isto é, em programações, reuniões, gincanas, eventos culturais, atividades extracurriculares etc.

Este tipo de envolvimento visa auxiliar professores, orientadores, psicólogos, coordenadores e apoio pedagógico em suas atividades específicas, quer mediante ajuda direta, em sala de aula, quer na preparação de atividades ligadas às festas ou desfiles; **Tipo 4** - Envolvimento dos pais em atividades que afetam a aprendizagem e o aproveitamento escolar, em casa. Caracteriza-se pelo emprego de mecanismos e estratégias que os pais utilizam para acompanhar as tarefas escolares, agindo como tutores, monitores e /ou mediadores, atuando de forma independente ou sob a orientação do professor; **Tipo 5** - Envolvimento dos pais no projeto político da escola. Reflete a participação efetiva dos pais na tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola (Epstein *apud* Polônia; Dessen, 2005, p.307).

Pode-se perceber que o Projeto Político Pedagógico, apresentado no Tipo 5, do autor supracitado, para as relações família-escola, é de fundamental importância nessa corresponsabilidade família-escola. O Projeto Político Pedagógico é compreendido como um documento que define a identidade da escola assim como os objetivos, metas e diretrizes pedagógicas. Funciona como um plano de ação para a organização das atividades educativas. O Projeto Político Pedagógico (PPP), é definido por Veiga como:

um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados. Além disso, harmoniza as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo sua autonomia e definindo seu compromisso com a clientela. É a valorização da identidade da escola e um chamamento a responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. Essa idéia implica a necessidade de uma relação contratual, isto é, o projeto deve ser aceito por todos os envolvidos, dá a importância de que seja elaborado participativa e democraticamente (2001, p. 110).

Nesse sentido, a fim de garantir o desenvolvimento integral da criança, a (LDB) 9394/96, em seu art. 12, enfatiza a necessidade da elaboração de um projeto de trabalho coletivo denominado Projeto Político Pedagógico (PPP). Esse documento deve ser construído pela comunidade escolar, de forma democrática (Brasil, 1996). Na participação democrática do Projeto, político Pedagógico, a comunidade e a família precisam participar da elaboração do mesmo, embora muitos pais não reconheçam a importância desse documento.

Na maioria das vezes, as ações inseridas no PPP da escola são limitadas a datas festivas como dia dos pais ou das mães, festas juninas, plantões pedagógicos, que na maioria das vezes é para reclamar sobre o mau comportamento dos filhos e a não realização de atividades enviadas para serem feitas em casa, e/ou reuniões de entrega de boletins. Nesse sentido,

Não devemos chamar o povo à escola para receber instruções postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feita, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transforma-se em sujeito de sua própria história. (Freire, 2006, p. 16).

O estudante não deve ser apenas um receptor passivo de aula e punições. Ele precisa ser protagonista do seu aprendizado como recomenda a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Freire (2006) propõe que a escola seja um espaço de construção coletiva, com a participação de toda a comunidade educativa, incluindo estudante e família nesse processo.

A aproximação efetiva da família na escola, requer uma ação da equipe gestora, assim como dos próprios professores. Assim sendo, a escola deve ficar atenta também à disponibilidade, adequando as ações de aproximação às possibilidades da família, pois, na maioria das vezes a realidade de trabalho da família impede essa aproximação por estarem trabalhando nos horários disponibilizados pela escola.

Finalmente, quando todos entendem e assumem seu papel, todas as instâncias alcançam resultados positivos, como afirma Sousa (1998, p. 148):

A criança (aluno na escola, filho em casa e cidadão na comunidade) sente-se mais motivada e posiciona-se mais positivamente em relação à escola e à sua aprendizagem, o que potencia o seu sucesso, sendo as crianças em risco as que mais podem beneficiar com esse envolvimento; os pais, ao sentirem-se apoiados, veem elevadas a sua motivação e auto-estima, uma vez que se alargam as redes sociais que proporcionam o acesso a mais informação e apoio entre si; os professores, perante as atitudes positivas dos pais, que lhes fornecem mais e melhor informação sobre os alunos, vêem o seu trabalho facilitado e a sua satisfação aumentada; no respeitante à comunidade, podem ser significativos os ganhos em termos do desenvolvimento de valores de igualdade e democracia, para além da melhoria da qualidade das opções e da coordenação dos seus serviços; a instituição escolar, ao descentralizar-se e aproximar-se dos outros atores, melhora os padrões de qualidade educativa.

Diante do exposto, conclui-se que a participação da família na vida da criança do Ensino Fundamental I é primordial para a escola alcance seus objetivos que é a formação integral da criança. A legislação educacional brasileira, em consonância com os autores apresentados nesse tópico demonstra que a escola, enquanto espaço de humanização, aprendizagem e convivência, necessita de comunicação constante, assim como da corresponsabilidade dos pais a fim e alcançar seus objetivos pedagógicos e sociais. Também, a escola precisa consolidar práticas que aproximem a família da escola, respeitando suas condições e realidades, a fim de que essa parceria de efetive.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

A metodologia da pesquisa está sustentada em Lakatos e Marconi (2003). Em relação à natureza é classificada como básica. Quanto aos objetivos, é exploratória, com abordagem qualitativa, pois concentra-se na interpretação de dados não numéricos envolvendo a subjetividade. Busca a compreensão dos fenômenos diretamente junto aos participantes, sendo esses professores, coordenadora e gestora.

Como procedimentos técnicos, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica a fim de compreender o tema pesquisado, além de dar embasamento à análise dos dados. Documentos foram também utilizados (legislação educacional vigente e BNCC), na fundamentação teórica desse trabalho. Finalmente, realizou-se a pesquisa de método misto: documental (PPP da escola) para o alcance de um dos objetivos específicos desse trabalho e de campo a fim de obter uma compreensão completa do fenômeno estudado.

3.2 Campo de estudo

O campo de estudo foi uma Escola Municipal no município de Porto Nacional – TO, no segmento do ensino Fundamental I.

3.3 Participantes

Os participantes foram 13 professores regentes do Ensino Fundamental I, a coordenadora pedagógica, e gestora escolar, totalizando 15 profissionais da educação.

3.4 Instrumento de coleta, apresentação e análise dos dados.

Foi utilizada uma Entrevista semiestruturada e análise ao documento oficial da escola (PPP). Os dados foram apresentados em quadros. Os títulos dos quadros equivalem às perguntas da entrevista. Cada entrevistado recebeu uma letra e um número. Os professores entrevistados foram identificados como: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P9, P10 e P11, P12, P13. O gestor: G e a coordenadora: C.

Os dados foram analisados qualitativamente sendo embasados na fundamentação teórica desse trabalho.

3.5 Aspectos éticos

Antes da aplicação, os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa. A pesquisa seguiu os princípios éticos de anonimato e confidencialidade das respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados aos professores, gestor e coordenador do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), da Escola. O questionário permitiu identificar informações que respondessem ao problema de pesquisa, assim como o alcance do objetivo geral desse trabalho que foi analisar como a Escola Municipal em Porto Nacional – TO, organiza suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão participativa para efetivar a corresponsabilidade entre família e escola em prol do desenvolvimento integral da criança do Ensino Fundamental I.

Os resultados estão apresentados em quadros e analisados qualitativamente. A análise está embasada no capítulo 2, referente à fundamentação teórica desse trabalho.

Os pesquisados foram nomeados de: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11, P12 e P13 para os professores, C para a coordenadora e G para a gestora. Totalizando 15 pesquisados.

Um dos objetivos específicos dessa pesquisa foi identificar as propostas de ações presentes no Projeto político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada que tivessem como propósito aproximar a família da escola a fim de fortalecer essa parceria em prol da aprendizagem do estudante. No PPP do documento está descrito que:

A escola valoriza o envolvimento das famílias e da comunidade no processo avaliativo. Isso é realizado por meio de: • Reuniões pedagógicas: Onde são apresentados os resultados e os planos de intervenção, possibilitando diálogo entre professores, alunos e responsáveis. • Relatórios descritivos: Enviados periodicamente às famílias, detalhando o desempenho acadêmico, comportamental e socioemocional dos alunos. • Eventos escolares: Como feiras de conhecimento e apresentações culturais, que permitem à comunidade observar os avanços e talentos dos estudantes. (PPP, 2025, p. 39-40).

Percebe-se que o PPP da Escola, insere diferentes ações para envolvimento e aproximação da família como reuniões pedagógicas, relatórios descritivos, feiras do conhecimento, e apresentações culturais. Freire (2006), alerta que as ações de aproximação e parceria entre família e escola não podem se restringir a receitas, ameaças, repreensões e punições.

Apesar de a escola, apresentar em seu Projeto político Pedagógico ações com o intuito de trabalhar de forma corresponsável com a família, o respectivo projeto aponta dificuldades em efetivar essa parceria afirmando que:

A baixa participação da comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis, no cotidiano da instituição é outro entrave. Essa ausência reduz o impacto das ações

pedagógicas e dificulta a criação de um ambiente colaborativo entre família e escola, essencial para o desenvolvimento integral dos alunos (PPP, 2025, p. 26).

A referida escola entende que:

A perspectiva da qualidade do ensino aprendizagem da escola está voltada para o espaço de participação e construção coletiva assegurando a articulação escola/família/comunidade no cotidiano do desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas desta unidade de ensino (PPP, 2025, p. 28).

Sem a participação efetiva da família, fica difícil o alcance do sucesso escolar da criança, bem como de sua formação integral, como aponta o PPP da referida escola.

Após a verificação das ações de aproximação da família inseridas do PPP da escola pesquisada, sentiu-se a necessidade de saber se os pesquisados têm consciência dessas ações. A partir das respostas (Quadro 01), pode-se identificar nas falas das professoras P1, P2 e P3 que, embora tenham respondido que desenvolvem ações específicas envolvendo a criança e a família, há uma subjetividade em suas respostas. Isso sugere ausência de conhecimento das ações propostas no PPP da escola e sugere também ausência na participação da elaboração desse documento. A P2 apontou um projeto desenvolvido especificamente na sala de aula que tem como título “A sacola viajante”. De acordo com a professora, o projeto envolve a família, na medida em que a criança leva o livro para casa a fim de ser lido em companhia da família e, após a leitura, preenchem uma ficha com o resumo do livro. Embora não seja uma ação do PPP da escola, percebe-se que nessa ação específica, a família é convidada a se envolver no processo de educação da criança. Paro (2010), enfatiza que a ação educativa não se constrói isoladamente, a família precisa colaborar.

As P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P12, P13, G e C, apresentaram em suas respostas ações como Plantão pedagógico, datas comemorativas, conselhos de classe. Mais uma vez, as respostas evidenciam incoerência entre as práticas da escola e o PPP, já que não foi identificada em nenhuma das respostas, incluindo a resposta da coordenadora e gestora, ações que estão descritas no PPP da referida escola às quais são:

- Reuniões pedagógicas: Onde são apresentados os resultados e os planos de intervenção, possibilitando diálogo entre professores, alunos e responsáveis.
- Relatórios descritivos: Enviados periodicamente às famílias, detalhando o desempenho acadêmico, comportamental e socioemocional dos alunos. (PPP, 2025, p. 39-40).

O Projeto Político Pedagógico é compreendido como um documento que funciona como um plano de ação para a organização das atividades educativas, portanto as ações inseridas no projeto precisam ser desenvolvidas. No referencial desse trabalho Veiga (2021, p. 110), afirma

que “o PPP é um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados”. Ou seja, o PPP apresenta uma intencionalidade e precisa estar alinhado à rotina da escola.

Ainda no Quadro 01, as ações mais comuns que envolvem a família são os plantões pedagógicos. O plantão pedagógico é compreendido como uma atividade que oportuniza aos pais, professores e estudantes a diálogos mais específicos e particulares sobre cada estudante, sobre a situação escolar dos filhos: comportamento, participação nas aulas, realização de atividade de casa e/ou sala, avanços e necessidades. Nessa realidade pesquisada, não foi questionado sobre o que é dialogado com a família no plantão pedagógico, essa falta de informação impossibilita uma análise mais aprofundada.

Quadro 01 - Quais ações previstas no PPP da escola tem como objetivo aproximar as famílias da comunidade escolar?

P1: *“Os projetos (PPP) visam trazer as famílias para dentro da comunidade escolar unido aos alunos, aproximando as famílias”.*

P2: *“Os projetos (PPP), como: a sacola viajante, é um projeto dentro das salas de aula, executada com a turma e no final tem uma culminância e nessa culminância envolve a família, a criança leva o livro para casa, conta a história em companhia da família se o filho sabe ler conta para os pais, se a criança não sabe ler os pais lê para eles, leva uma ficha e traz preenchida com resumo da história, ilustração da história e após tem o fechamento desse projeto”.*

P3: *“As ações do PPP são voltadas não só para os alunos como para as famílias também, procuramos agregar projetos que envolva a família, cada série tem sua turminha, eles embasam seus projetos nas necessidades do aluno para trazer a família das turmas dos 4ºs anos estamos trabalhando o socioemocional, a gente trabalha com os alunos e vamos envolver a família também”.*

P4: *“Reuniões com os pais, Plantão Pedagógico, Datas Comemorativas, Quando a criança está com dificuldades faz uma chamativa com os pais”.*

P5: *“Plantões Pedagógicos, Reuniões”.*

P6: *“Plantões Pedagógicos, Festas comemorativas”.*

P7: *“Plantões Pedagógico; os eventos de datas comemorativas, reuniões”.*

P8: *“Reuniões com os pais, bilhete escrito, plantões pedagógicos”.*

P9: *“Eventos que acontecem dentro da escola (dia das mães; dia dos pais); plantão pedagógico”.*

P10: *“Reuniões pedagógicas, datas comemorativas (dia das mães, dia dos pais, dia das crianças)”.*

P11: “As culminâncias, os projetos, os eventos tudo que acontece que pode haver a participação da família é bem-vindo, datas comemorativas, a participação dos pais de forma direta e indireta pois acompanha através dos grupos, para que os pais vejam como é realizada essas ações, como a semana da criança como o cabelo maluco, a meia maluca os pais participam indiretamente os pais acompanham por fotos”.

P12: “Plantão pedagógico, projeto família na escola, datas comemorativas”.

P13: “Plantão pedagógico, datas comemorativas, conselho de classe”.

G: “Os plantões pedagógicos com o projeto ação família nota 10 e todas as ações que estão no PPP como dia dos pais, consciência negra”.

C: “Plantões pedagógicos, dia dos pais, dia das mães, feira de ciências”.

Fonte: Autora (2025)

Questionou-se aos pesquisados se as ações implementadas no PPP da escola estão sendo cumpridas. Os 15 participantes afirmaram “sim” (Quadro 02). Porém, ao comparar essas respostas com as ações inseridas no PPP da referida escola e com as respostas do Quadro 01, pode-se perceber que essas respostas denunciam a falta de coerência entre o que está formalmente proposto no PPP da escola e o que é reconhecido pelos pesquisados. Embora todos afirmem positivamente, os dados do quadro analisados revelam fragilidade no envolvimento e aproximação da família. Esse descompasso entre discurso e prática requer revisitação ao PPP da escola a fim de garantir a efetiva implementação das ações inseridas no referido documento.

Quadro 02 - As ações que estão implementadas no PPP para aproximar a família da escola estão sendo cumpridas?

P1: “Sim”.

P2: “Sim”.

P3: “Sim”.

P4: “Sim”.

P5: “Sim”.

P6: “Sim”.

P7: “Sim”.

P8: “Sim”.

P9: “Sim”.

P10: “*Sim*”.

P11: “*Sim*”.

P12: “*Sim*”.

P13: “*Sim*”.

G: “*Sim*”.

C: “*Sim*”.

Fonte: Autora (2025)

Foi questionado se outras ações são realizadas além das que estão inseridas no PPP da escola a fim de aproximar a família. Conforme o quadro 03, ações como grupos de WhatsApp, chamativas por bilhete, festas regionais, maratona em jogo de futebol com pais, jantares de recepção aos pais, convocativa aos pais dos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, projeto cabelo maluco, escuta ativa estão presentes nas falas dos P1, P3, P4, P8, P9, P12, P13, G e C. A fundamentação teórica desse trabalho, no tópico 2.3, apresenta os cinco tipos de interação destacada por Epstein (apud Polônia; Dessen, 2005), sendo que o Tipo 3 (três), o autor destaca o envolvimento da família em atividades de colaboração, na escola. Isto é, em programações, reuniões, gincanas, eventos culturais, atividades extracurriculares etc. Este tipo de envolvimento visa auxiliar professores, orientadores, psicólogos, coordenadores e apoio pedagógico em suas atividades específicas, quer mediante ajuda direta, em sala de aula, quer na preparação de atividades ligadas às festas ou desfiles.

No entanto as respostas dos P5, P6 e P7 evidenciam falta de envolvimento desses professores no que se refere à corresponsabilidade família-escola, já que demonstram falta de interesse em desenvolver atividades que promovam essa parceria, se restringindo apenas ao que está no projeto da escola. Isso passa a ideia de que o objetivo é apenas cumprir formalidades. O mais preocupante nisso é que, a partir de perguntas e respostas anteriores, os pesquisados estão alheios às ações inseridas no PPP da escola pesquisada.

Quadro 03 - Além das ações que estão no PPP, quais outras atividades são realizadas para aproximar a família da escola?

- P1:** *“As festas juninas, grupos no WhatsApp, chamativa por bilhete.”*
- P2:** *“Apresentação dos alunos, quando eles apresentam os pais têm mais interatividade.”*
- P3:** *“As festas culturais da região, para que as famílias participem, pois está dentro do contexto cultural envolvendo alunos e pais juntos.”*
- P4:** *“Maratona em jogo de futebol com os pais, jantares proporcionados para recepcioná-los.”*
- P5:** *“O que ela cumpre é somente o que está no PPP, já tem muitas atividades atribuídas para serem cumpridas.”*
- P6:** *“No momento não soube responder, não lembrou.”*
- P7:** *“Somente ações quando a coordenadora orienta a fazer.”*
- P8:** *“Gincanas com os pais para promover a interação das famílias nos eventos, palestras sobre a importância da participação das famílias.”*
- P9:** *“Chamar os pais individualmente, um convite especial.”*
- P10:** *“Quando necessário convocação dos pais dos alunos com mais dificuldades no ensino aprendizagem.”*
- P11:** *“Projetos da meia maluca, cabelo maluco em que os pais participam de forma indireta confeccionando unido aos filhos.”*
- P12:** *“O suporte da orientadora, grupos do WhatsApp.”*
- P13:** *“Através dos bilhetes, grupos no WhatsApp.”*
- G1:** *“Mensagens via WhatsApp, convocações aos pais.”*
- C1:** *“Fazer a escuta ativa (conversar com os pais, saber se está algum problema emocional).”*

Fonte: Autora (2025)

Em relação aos desafios que a escola enfrenta para consolidar a parceria família-escola, as respostas são diversificadas: *“...mesmo que mande o convite, às vezes não vem, pois às vezes é preciso de um atendimento individualmente sobre a necessidade de cada aluno, mesmo sendo falado com gentileza”* (P1); *“... disponibilidade de tempo dos pais nas atividades dos filhos para casa”* (P); *“... vários desafios por que muitos pais trabalham, o horário não bate com o dos pais várias tentativas e até depois do horário para ver se dá certo”* (P3, P4 e P10); *“Os pais é um caso sério na questão de estar presente no ensino aprendizagem principalmente no*

acompanhamento” (P7); “Os pais precisam de ter mais compromisso e mais acompanhamento principalmente nas séries iniciais” (P8); “Por que chamam e não vem principalmente os familiares dos filhos mais problemáticos, não participam das reuniões” (P9); “O maior de todos é o desinteresse dos pais da família em participar, tipo a ideia que um aluno não reprova mais, então automaticamente o pai e a mãe abre mão desse acompanhamento tem o pensamento: meu filho não vai reprovar mesmo. Deixou desse preocupar com o intelectual do filho, com a aprendizagem do filho, para ela tanto faz como ele vai chegar lá na frente e não se importando com as dificuldades que o próprio filho tem, e quando elas perceberem que os filhos estão com ‘bolo feito’ vai cobrar de mim e dos professores, como se os professores estivessem uma varinha mágica para dar a solução para um aluno que vem de casa sem uma tarefa feita, não faz um trabalho, os pais não observam os trabalhos atividades que foram para casa nem veem, não olha agenda do filho” (P11); “O desafio maior é o acompanhamento dos pais nas atividades dos filhos, uns não tem tempo outros, por que não querem então é isso” (C1).

As respostas dos pesquisados revelam que o processo de educação integral da criança fica fragilizado se a escola não participa. Parolim (2007), afirma que o sucesso escolar da criança e o bem estar em ambas as instituições, depende do bom relacionamento entre família e escola. No entanto, a escola pesquisada enfrenta o desafio de efetivar a parceria com a família. “Hoje em dia muitos pais dedicam pouco tempo aos seus filhos, seja por causa do emprego, seja por causa do cansaço [...]” (Cury, 2016, p. 2).

Em concordância com Cury (2016), Araújo (2010), alerta que a ausência dos pais na escola gera problemas educacionais tais como, desinteresse da criança em frequentar a escola, desvalorização da escola pela criança e, conseqüentemente, o fracasso escolar.

Quadro 04 - Há desafios para consolidar a parceria entre a família e a escola?

P1: “Sim(X). Quais? Tem alguns pais que mesmo que mande o convite, às vezes não vem, pois às vezes é preciso de um atendimento individualmente sobre a necessidade de cada aluno, mesmo sendo falado com gentileza. Não () Não sei responder ()”.

P2: “Sim(X). Quais? Principalmente a disponibilidade de tempo dos pais nas atividades dos filhos para casa. Não () Não sei responder ()”.

P3: “Sim(X). Quais? Temos vários desafios por que muitos pais trabalham, o horário não bate com o dos pais várias tentativas e até depois do horário para ver se dá certo. Não () Não sei responder ()”.

P4: “Sim(X). Quais? Uma porcentagem de apenas 30% na parceria com os pais. Não () Não sei responder ()”.

P5: “Sim(X). Quais? Alguns pais são bem atenciosos, e participativos, já outros deixam a desejar. () Não. Não sei responder ()”.

P6: “Sim(X). Quais? Os horários não coincidem nesse quesito a escola tem bastante dificuldades em trazer a família. Não () Não sei responder ()”.

P7: “Sim(X). Quais? Os pais é um caso sério na questão de estar presente no ensino aprendizagem principalmente no acompanhamento. Não () Não sei responder ()”.

P8: “Sim(X). Quais? Os pais precisam de ter mais compromisso e mais acompanhamento principalmente nas séries iniciais. Não () Não sei responder ()”.

P9: “Sim(X). Quais? Por que chamam e não vem principais os familiares dos filhos mais problemáticos, não participam das reuniões. Não () Não sei responder ()”.

P10: “Sim(X). Quais? A participação dos pais, pois a maioria não tem tempo de acompanhar. Não () Não sei responder ()”.

P11: “Sim(X). Quais? O maior de todos é o desinteresse dos pais da família em participar, tipo a ideia que um aluno não reprova mais, então automaticamente o pai e a mãe abre mão desse acompanhamento tem o pensamento: meu filho não vai reprovar mesmo. Deixou desse preocupar com o intelectual do filho, com a aprendizagem do filho, para ela tanto faz como ele vai chegar lá na frente e não se importando com as dificuldades que o próprio filho tem, e quando elas perceberem que os filhos estão com “bolo feito” vai cobrar de mim e dos professores, como se os professores estivessem uma varinha mágica para dar a solução para um aluno que vem de casa sem uma tarefa feita, não faz um trabalho, os pais não observam os trabalhos atividades que foram para casa nem veem, não olha agenda do filho. Não () Não sei responder ()”.

P12: “Sim(). Quais? Não (X) Não sei responder ()”.

P13: “Sim(). Quais? Não (X) Não sei responder ()”.

G1: “Sim(X). Quais? Tem dificuldades questão de horário, disponibilidade dos pais com aqueles que tem dificuldades, convocação, ligação, sempre teve essa dificuldade. Não () Não sei responder ()”.

C1: “Sim(X). Quais? O desafio maior é o acompanhamento dos pais nas atividades dos filhos, uns não tem tempo outros, por que não querem então é isso. Não () Não sei responder”.

Fonte: Autora (2025)

A pergunta seguinte foi sobre a visão deles a respeito dos maiores obstáculos que a família enfrenta para efetivar sua participação na vida escolar dos filhos. A falta de tempo como obstáculo apareceu nas falas de 10 participantes, sendo compreendido, então, como o maior obstáculo de presença da família na escola. O horário de trabalho é outro obstáculo apresentada

na fala do P5, P6 e P7, P9, P11 e P12 . “Hoje em dia muitos pais dedicam pouco tempo aos seus filhos, seja por causa do emprego, seja por causa do cansaço [...]” (Cury, 2016, p. 2). Oliveira e Arújo (2010), refletem que a redução da disponibilidade de tempo da família estar efetivamente presente na escola é justamente a organização contemporânea do trabalho que impõe ritmos acelerados e sobrecarrega as famílias.

No entanto Paro (2010), enfatiza que a ação educativa não se constrói isoladamente, a família precisa colaborar. Portanto, se a formação integral da criança se constrói na corresponsabilidade entre família e escola e se os pais não podem comparecer à escola por falta de tempo, como a escola se organiza para oportunizar a aproximação dessa família? Ou seja, quais os dias e horários disponibilizados pela escola para que esses tenham a possibilidade de comparecer? A escola deve ficar atenta também à realidade das famílias, adequando as ações de aproximação às possibilidades dessas, pois, na maioria das vezes, a realidade de trabalho impede de fato essa aproximação.

Outras respostas são apresentadas: *“as vezes os pais chegam a criança está dormindo, então não podemos nem julgar”* (P13). Percebe-se um sentimento de empatia por parte da professora. No entanto, percebe-se a falta de empatia na fala de outras professoras: *“A falta de interesse, acompanhamento, fui mãe solteira com duas filhas e acho que nunca deixei a desejar, a falta da prioridade, a gente reclama, a orientação liga, fala, eles nem respondem”* (P4); *“[...]não sabem ajudar os filhos, eu me lembro que trabalhava de 7 da manhã às 7 da noite e ia ajudar meu filho, morta de cansada”* (P11). Essas falas apresentam comparações entre a experiência pessoal do professor e a realidade das famílias. São comparações que não consideram as experiências individuais, portanto, não podem ser generalizadas como regra. Além do mais, evidenciam que para alguns professores, é mais fácil julgar do que saber o real impedimento que ausenta a família. Muitas vezes, a ausência da família na escola não significa falta de interesse, mas por limitações estruturais ocasionadas pela sobrecarga da jornada de trabalho, o próprio trabalho informal e/ou a necessidade de deslocamentos longos (Cavaliere, 2012).

Libâneo (2013), e Paro (2010), afirmam que a escola pública é instituição social que deve acolher a diversidade e promover práticas democráticas, não reforçar estigmas

No Artigo 32, da Seção III, inciso IV, referente ao Ensino Fundamental, na LDB Nº 9394/96, está determinado que tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante, dentre outros: o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (Brasil, 1996, p. 24). Isso significa que as falas das professoras P4 e P11 não contribuirão em nada para que essa situação seja resolvida,

ou seja, não se espera nada dessas professoras, já que apresentam uma opinião formada a respeito da ausência dos pais.

O fortalecimento da parceria entre família e escola só será possível mediante o reconhecimento das condições que se tornam obstáculos que limitam ou impedem a presença da família. Somente assim será possível promover iniciativas que levem em consideração essa realidade.

Quadro 05 - Na sua visão, quais os maiores obstáculos que a família enfrenta para efetivar sua participação na vida escolar dos filhos?

P1: *“A rotina escolar eles não tem aquela responsabilidade de entender que o filho tem que ter uma rotina escolar em casa além da escola, a escola faz o seu papel mas em casa os pais tem que ter um cantinho, para a criança, um lugar onde tenha livros, cadernos para que a criança tenha e possa interação e a família ter um elo para vencer esses obstáculos”.*

P2: *“Eu digo que seja o tempo eles não disponibilizam tempo para a educação dos seus filhos, de qualidade para estar pensando na educação, eu acho que eles não dão o devido valor para esse tempo para auxiliar o seu filho”.*

P3: *“O trabalho e o tempo são isso”.*

P4: *“A falta de interesse, acompanhamento, fui mãe solteira com duas filhas e acho que nunca deixei a desejar, a falta da prioridade a gente reclama, a orientação liga fala eles nem respondem”.*

P5: *“Os que eu vejo que enfrentam muitos não vem por conta do horário de trabalho, os alunos falam minha mãe não veio por que está trabalhando e a falta de interesse de alguns”.*

P6: *“O trabalho, o horário de trabalho, outros não dão importância”.*

P7: *“Segundo eles, falam que é o trabalho, falta de tempo é o trabalho”.*

P8: *“Tem algumas que tem as dificuldades, já ouvi de pais a bicicleta está quebrada, outros falam que é falta de tempo, uns que os filhos não moram com eles moram com os avós, outros jogam para a mãe outros jogam para o pai, falta de vínculo entre a própria família”.*

P9: *“Falta de tempo estar no serviço não tem tempo de ir hoje, sempre ocupados”.*

P10: *“Falta de tempo”.*

P11: *“Falta de tempo alegam rotina de trabalho, não sabem ajudar os filhos, eu me lembro que trabalhava de 7 da manhã a 7 da noite e ia ajudar meu filho, morta de cansada”.*

P12: *“O trabalho, tem que marcar as reuniões nos horários”.*

P13: *“A rotina, a falta de tempo dos pais para ajudar na leitura e acompanhar nas atividades, as vezes os pais chegam a criança está dormindo, então não podemos nem julgar”.*

G1: *“O interesse, não é prioridade de alguns pais, só fazer o filho e pronto”.*

C1: *“Falta de acompanhamento, nós chamamos os pais, fazemos as coisas e nada vem poucos pais, já outros percebemos que são poucos os que se preocupam com o desenvolvimento da criança, muita das vezes é o meio que é inserido, acha que a escola é o último lugar eu não tenho tempo, não coloca como prioridade a educação do filho”.*

Fonte: Autora (2025)

Finalmente, foi pedido aos pesquisados que sugerissem políticas ou ações para fortalecer a parceria entre escola e família. As sugestões dos pesquisados convergem para a conscientização e responsabilização das famílias (P1, P2, P4, P10, P11). Especificamente, a P1 apresenta ações de conscientização sobre a importância da organização da rotina dos filhos e o controle do uso de telas. As P2, P10 e P11, indicam ações como palestras, convocatórias e projetos que envolvam a família, pontuando seus direitos, mas acima de tudo, suas obrigações. A P11 ressalta a obrigatoriedade de os pais levarem seus filhos para o reforço escolar. A resposta da P4 se insere no campo emocional apresentando a necessidade do amor dos pais e, ao mesmo tempo, apresenta um sentimento de impotência de alguns professores. Essas falas revelam que os pesquisados têm consciência de que a parceria escola-família só será possível com mudanças na postura familiar.

Os P3, P5, P6, P8 e G apontam para o fortalecimento institucional e intersetorial como meio de garantir a participação da família. Expressões como: leis mais rígidas, Bolsa família, parcerias com Conselho Tutelar, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) estão presentes nas falas desses professores e Gestora. Alegam que essas políticas existem, porém não há parceria efetiva, gerando com isso, um sentimento de desamparo. Essas falas revelam a sobrecarga dos pesquisados e acreditam que essa corresponsabilidade entre escola e família só será possível mediante ações externas à escola como fiscalização e responsabilização familiar.

A criação de projetos e eventos que possibilitem a aproximação da família são sugestões apontadas pelos P2, P7, P10, P12, P13 e C. Os pesquisados reconhecem que somente criando situações de convivência positiva, interessante e dialógica com a família através de projetos, essa parceria será possível. Os projetos e ações sugeridos são: lanches, eventos comemorativos, oficinas de interesse prático, encontros familiares temáticos, culminâncias e apresentações. No entanto, vale ressaltar que muitas dessas ações já são realizadas nessa escola, conforme a fala de professores em perguntas anteriores.

As respostas dos P4, P9 e G revelam problemas estruturais. A P4 afirma que apesar das sugestões, há desafios que dificultam a implementação. A P4 revela sensação de impotência na medida em que afirma que “*só a oração*” poderia mudar essa realidade. A G afirma que mesmo com ligações e chamadas, a família não se envolve.

Nesse sentido, as respostas dos pesquisados revelam sensação de frustração, impotência e sobrecarga apontando a necessidade urgente de políticas educacionais que integrem educação, assistência social e saúde no acompanhamento das famílias. Mesmo que essas existam há a necessidade de um trabalho mais em sintonia.

Quadro 06 - Quais políticas ou ações você sugere para fortalecer essa parceria entre escola e família?

P1: “*Se for trabalhar de janeiro a dezembro é conscientizar os pais para poder mostrar a realidade para ver se eles acordam e ver que eles realmente têm que colocar os filhos em uma rotina escolar, tirar um pouco de celular das telas para ver se algumas crianças avancem*”.

P2: “*Eu acho que isso tem que ser um projeto que chame mesmo os pais para essa responsabilidade, a gente já tem alguns pontos em que a gente chama os pais, mas ainda eu acho pouco é muito vago, pra que chamem os pais tem que ser algo bem mais complicado, três advertências para receber uma suspensão por conta disso ser muito vago, por parte dos pais não se importam, não vem a escola, não participam eu acho que teria que ser algo assim bem uma lei que obrigasse a participação na vida dos seus filhos*”.

P3: “*Uma das políticas é o acompanhamento junto com esses órgãos de proteção à criança e ao adolescente. O Conselho Tutelar, CREA e CRÁS. Eu acho que ainda fica vago para nós, essa política da criança e adolescente precisa estar mais a par tipo o Conselho Tutelar estar acompanhando mais eles. Estar mais afundo aqui dentro das cláusulas dar dez faltas e eles continuam não vindo, nós que abona então essa parceria com os órgãos de proteção*”.

P4: “*Acho que não tem jeito só oração mesmo, pedir a Deus para moldar o coração dos pais e ter amor pelos filhos, porque se o pai não der atenção para o filho o mundo tem, você percebe quando a criança é bem tratada é amada e percebemos que vem sempre da mesma forma*”.

P5: “*Precisamos de uma parceria forte com quem eu não sei, mas deveria ter, eu penso no Conselho Tutelar, mas ultimamente, teríamos que ter um apoio, temos a bolsa família tipo usa como uma questão se não vier vai ser cortado dependendo da quantidade de falta*”.

P6: “*Acho que ONGs para promover eventos, para atrair os pais, quando fala é um lanche ver mais pais, os pais participam mais das datas comemorativas do que plantões pedagógicos. Ter leis mais efetivas para a família cumprir como obrigatoriedade*”.

P7: “*Um encontro das famílias uma ação voltada para um encontro das famílias na escola surgiria um pouco de efeito*”.

P8: “*Não é questão de Lei criada, são os projetos que a própria secretária tem como acompanhamento psicológico, parceria entre o Conselho Tutelar e o município que tem a disponibilidade para nós, CREA do CRÁS, não tem sido cumprido e efetivada como é para ser essa parceria*”.

P9: *“Sugeri algumas ações, porém a professora ver a questão dos desafios”.*

P10: *“Uma palestra voltada para realmente chamar os pais para suas responsabilidades, pois os pais deixam muito a desejar por questão da escola”.*

P11: *“Os próprios pais assumirem suas responsabilidades, os pais sabem a realidade eles entendem muito de direitos mais de deveres não, e os pais não vai saber pontuar os deveres dos alunos, como exemplo a secretaria oferece o reforço escolar para os alunos que os pais não conseguem acompanhar por “enes” motivos em casa, não vem, alegam não poder levar, moram longe, trabalham e outros. Com exceção dos que moram na zona rural infelizmente, o principal é eles assumir suas responsabilidades, eles querem que os filhos sejam tratados como nas escolas particulares, mas não cumpre o seu dever conforme o que é cumprido”.*

P12: *“Projetos envolvendo a família.”*

P13: *“Mais projetos, apresentação mais culminâncias, onde os alunos tenham mais participações também para ir perdendo a timidez.”*

G: *“Tudo que está dentro da escola a gente consegue fazer, mas não tem. Mas tem família que você não consegue, já faz as chamativas, as buscas ativas, a orientadora que liga já chegamos ir fazer visita pois a família não comparece a escola, as vezes a criança vem só, como vamos abordar essa família.”*

C: *“Fazer atividades para atrair os familiares, tipo oficinas que fossem do interesse dele, dia da mulher um curso de estética, para eles poderem vir na escola.”*

Fonte: Autora (2025)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa foi analisar como a Escola Municipal, organiza suas práticas pedagógicas, administrativas e de gestão participativa para efetivar a corresponsabilidade entre família e escola em prol do desenvolvimento integral da criança do Ensino Fundamental I.

A fundamentação teórica, sustentada inicialmente pela legislação educacional e pela literatura especializada, enfatiza que a parceria entre família e escola é fundamental para a formação integral da criança.

O estudo evidenciou que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pesquisada apresenta variadas ações com o intuito de fortalecer esse vínculo família-escola. As ações inseridas no PPP são reuniões, plantões pedagógicos, relatórios descritivos, reuniões pedagógicas e eventos culturais. No entanto, ao confrontar as respostas dos professores, coordenador e gestora da escola pesquisada com as proposições do PPP, constatou-se uma distância daquilo que é proposto com o que é efetivado na escola.

Embora algumas ações estejam sendo executadas, não conseguem garantir e nem fortalecer a participação contínua da família. Os relatos dos participantes evidenciam que fatores como falta de tempo, trabalho, questões socioemocionais constituem barreira para o envolvimento da família na vida escolar dos filhos.

Mesmo enfrentando limitações, a escola apresenta estratégias diversificadas como festas culturais e datas comemorativa, plantões pedagógicos, grupos de whatsapp, etc., com o objetivo de aproximar a família, a escola não garante essa participação. Os participantes reforçam que fatores como trabalho, falta de tempo, desinteresse, falta de compromisso, e até mesmo questões emocionais e estruturais são barreiras impeditivas da corresponsabilidade na formação integral da criança. Essas barreiras prejudicam diretamente o desenvolvimento da criança. A corresponsabilidade é elemento central para o sucesso escolar e formação integral da criança, como aponta o estudo bibliográfico desse trabalho. No entanto, é necessário destacar algumas falas dos profissionais pesquisados juízos de valor e interpretações moralizantes sobre o comportamento dos pais. Essas falas interpretam a ausência dos pais como “falta de interesse”, “descompromisso”. Essas atitudes são comuns na rotina escolar, porém precisam ser analisadas e problematizadas, pois evidenciam preconceitos institucionais naturalizado que vão interferir negativamente na relação família-escola, pois responsabilizam diretamente a família não levando em consideração determinantes socioeconômicos e emocionais que atravessam a vida da maioria das famílias de estudantes de escola pública. Quando a escola interpreta essa

ausência como falta de prioridades, desinteresse produz estigmas que comprometem ainda mais o vínculo.

Os profissionais da educação pesquisados, apontam para a necessidade de apoio intersetorial como Conselho Tutelar, CRAS e outros órgãos de proteção à criança como objetivo de fortalecer as políticas de acompanhamento familiar. É importante também acrescentar-se a isso, a superação de barreiras criadas pela própria escola, pois ao se fazer uma análise crítica da fala de alguns participantes, evidencia-se que grande parte das dificuldades não está apenas na ausência da família, mas nas barreiras simbólicas, culturais e institucionais criadas pela própria escola. Esse reconhecimento constitui-se um passo fundamental na construção de práticas democráticas e inclusivas, capazes de fortalecer a corresponsabilidade família-escola, promovendo o desenvolvimento integral da criança. Se há obstáculos para a participação da família, é função da escola promover as condições necessárias para que a aproximação da família aconteça. Pode-se destacar a adequação de horários, formas de comunicação, linguagem utilizada, assim como escuta ativa.

Os profissionais da educação pesquisados, apontam para a necessidade de apoio intersetorial como Conselho Tutelar, CRAS e outros órgãos de proteção à criança como objetivo de fortalecer as políticas de acompanhamento familiar.

Para melhor compreensão do tema pesquisado e apontamentos de soluções viáveis que efetivem a parceria escola-família, sugere-se novas pesquisas com as famílias das crianças matriculadas na Escola Municipal sejam ouvidas. Entende-se que abrindo espaço para ouvir diretamente a família, de forma mais aprofundada e humanizada, os motivos que a impede de participar da vida escolar do filho, com certeza, será mais fácil pensar estratégias que considerem a realidade de cada família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, E. F. **Escola e Família**. 1. Ed. Manaus: Valer, 2010.

BARDICHI, Ana Paula Shimizu; JORDÃO, Roberta. **Os Desafios da Educação dos Filhos na Ausência dos Pais**. Plural – Revista Acadêmica. Volume 2 – Número 6 – Novembro 2024. ISSN 2965-5285. Disponível em: https://sumare.edu.br/revista-academica/artigos/educacao/2024-v3-2/EDU_Os%20desafios%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20filhos%20na%20aus%C3%Aancia%20dos%20pais.pdf. Data de acesso: 22/11/2025.

BASSEDAS, Huguet et al. **Intervenção e Diagnóstico Psicopedagógico**. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília DF: Presidência da República, 1988.

_____. **Emenda Constituição nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta dispositivos para assegurar a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade**. Brasília DF: Presidência da República, 2009.

_____. **Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2025.

_____. Ministério da Educação **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. **Escola Pública e Qualidade: uma questão de compromisso**. Cadernos CEDES, v. 22, n. 57. P. 64-67, 2002.

CAVALIERE, A. M. V. **Escola, famílias e desigualdades: desafios da participação**. São Paulo : Cortez, 2012.

CURY, Augusto Jorge. **Pais Brilhantes, Professores Fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016 .

DESSEN, M. A. ; POLÔNIA, A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Paidéia, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

ESCOLA MUNICIPAL DR. EUVALDO TOMAZ DE SOUZA. **Projeto Político-Pedagógico**. Porto Nacional – TO, 2025.

EPSTEIN, J. L. *In* POLÔNIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família-escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 2005. V.9, n. 2, p. 303-312, 2005.

BALTAZAR, José Antonio et al. **Família e Escola um espaço interativo e de conflitos**. Arte& Ciência, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCK, Heloísa. (2009). **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba-PR: Editora Positivo, 2009. ISBN: 978-85-385-0027-8.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOUSNIER, Conceição A. **A Nova Família à Luz da Constituição Federal, Da Legislação e Do Novo Código Civil**. Disponível em:
https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista20/revista20_244.pdf. Data de acesso: 21/11/2025

OLIVEIRA, Z. M. R.; ARAUJO, C. M. **Família e escola: sentidos e desafios da relação**. Psicologia: Teoria e pesquisa, v. 26, n. 2, p. 161-170, 2010.

PAROLIN, I. Professores formadores. **A Relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Educação, Escola e Democracia**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PATTO, Maria Helena Souza. **Uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo ,2022. ISBN 978-65-87596-34-1.

SOUSA, Liliana (1998), **Crianças confundidas entre a escola e a família- Uma perspectiva sistêmica para alunos com necessidades educativas especiais**. Porto: Porto Editora

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível**. 16 Ed. Cortez, 2001.

APÊNDICES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TOCANTINS CAMPUS PORTO NACIONAL
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

Prezada (o) participante!

Este questionário faz parte de uma entrevista realizada para a conclusão do curso de Pedagogia e tem como objetivo analisar a contribuição da escola para o fortalecimento da interação entre a família promovendo o desenvolvimento integral e aprendizagem dos alunos.

Sua participação é voluntária e as informações fornecidas serão apenas utilizadas para fins acadêmicos, garantindo o sigilo e a confidencialidade das respostas.

Agradecemos desde já sua colaboração!

QUESTIONÁRIO

Quais ações previstas no PPP da escola têm como objetivo aproximar as famílias da comunidade escolar?

As ações que estão implementadas no PPP para aproximar a família da escola estão sendo cumpridas?

() Sim.

() Não. Quais motivos? _____

() Não sei responder.

Além das ações que estão no PPP, quais outras atividades são realizadas para aproximar a família da escola?

Há desafios para consolidar a parceria entre a família e a escola?

Sim (). Quais? _____

Não (). Não sei responder ().

Na sua visão, quais são os maiores obstáculos que a família enfrenta para efetivar sua participação na vida escolar dos filhos?

Quais políticas ou ações você sugere para fortalecer essa parceria entre escola e família?
